



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Projeto de Cooperação Técnica Internacional Documentação de Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras

Brasília - DF
Setembro de 2008

A. Contexto

1. Descrição do Setor
2. Estratégia do País para o Setor
3. Assistência Técnica prévia ou em curso
4. Matriz Institucional para o Setor - limitações institucionais e operacionais.

B. Justificativa do Projeto

1. Situação Atual
2. Situação Esperada
3. Beneficiários do Projeto
4. Estratégia de Implementação e articulação institucional
5. Razões para a Assistência Técnica da UNESCO
6. Considerações Especiais
7. Capacidade de contrapartida da instituição nacional

C. Objetivo de Desenvolvimento

D. Objetivos Imediatos, Resultados e Atividades

E. Insumos

F. Riscos

G. Obrigações e Pré-Requisitos

H. Revisões, Relatórios e Avaliação do Projeto

J. Cronograma de Desembolsos

L. Contexto Legal

M. Anexos

- Cronograma de revisões, relatórios e avaliação do projeto
- Cronograma de Execução
- Matriz Lógica por objetivos imediatos
- Termo de Referência para consultorias

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE
O GOVERNO BRASILEIRO E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

TÍTULO DO PROJETO: Documentação de Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras

NÚMERO DO PROJETO:

DURAÇÃO PREVISTA: 36 meses

AGÊNCIA EXECUTORA: FUNAI - Museu do Índio

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 4.642.932,00 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e dois reais).

ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento da FUNAI – Museu do Índio

RESUMO DO PROJETO: O projeto visa promover a documentação de cerca de 20 línguas e culturas indígenas ameaçadas, ampliando as possibilidades de sua salvaguarda e criando um grupo coeso de pesquisadores indígenas e não indígenas familiarizados com as metas, os métodos e a tecnologia de documentação, com vistas à consolidação desta nova área no Brasil.

A. Contexto

1. Descrição do Setor

As línguas são o repositório de tradições e conhecimentos nativos e milenares, bem como seu veículo nos processos de transmissão de uma geração para outra. A extraordinária diversidade cultural e lingüística ainda existente no Brasil, especialmente na Amazônia, está ameaçada e sua documentação exige um esforço imediato e coletivo. Hoje, se calcula que o número de línguas indígenas faladas no Brasil deve estar entre 150 e 180. Esta quantidade pode impressionar o grande público, mas é pouco em comparação com as estimativas de que teriam sido mais de 1200 línguas quando da chegada dos Europeus há 500 anos.¹ Nos cinco séculos de conquista e colonização, cerca de 85% dessas línguas se perderam e com elas desapareceram inteiras configurações culturais e muitos saberes.

No contexto mundial e, em particular, sul-americano, o Brasil continua sendo o país onde se encontra uma das maiores densidades lingüísticas – ou diversidade genética; é, também, o país onde se encontra a menor concentração demográfica por língua.

Mas, quantas são as línguas faladas por uma população que hoje se estima em 400.000 pessoas, distribuídas em cerca de duzentos grupos étnicos?

Sabemos que elas pertencem a quarenta e uma famílias, dois troncos lingüísticos e que há uma dezena de línguas isoladas (Rodrigues 1993; Stenzel, 2006; Brackelaire e Azanha, 2006), além de duas “línguas crioulas”. O número de falantes pode chegar a vinte mil (Guarani, Tikuna, Terena, Macuxi e Kaingang), assim como aos dedos de uma mão, ou mesmo a um único e último falante. A média fica em menos de 200 falantes por língua², mas mesmo entre as poucas línguas que contam ainda com muitos falantes, não há nenhuma que possa ser considerada “segura”, ou seja, da qual é possível afirmar que provavelmente será, no final deste século, diariamente usada e transmitida de uma geração a outra. Ao contrário, não são poucos os casos de línguas faladas ou lembradas por somente poucas pessoas, usualmente idosas, e que quase inevitavelmente vão desaparecer dentro de poucos anos. Fatalmente, são muitas vezes estas línguas as menos conhecidas e cujo registro e resgate são pedidos, freqüentemente de modo dramático, pelos descendentes desses últimos falantes.

Não há, então, línguas indígenas “a salvo” no Brasil: são todas línguas minoritárias e dominadas, faladas em contextos submetidos a transformações crescentemente rápidas e profundas.

A situação das línguas no Brasil é típica da situação mundial. O movimento internacional em torno de línguas em perigo de extinção se intensificou com a publicação de um artigo pelo lingüista Michael Krauss (1992), que estimou que 90 % das línguas do mundo estariam em perigo de extinção no século XXI, se não fossem tomadas medidas preventivas.

¹ Rodrigues, Aryon Dall'Igna. (1993). “Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas.” *Ciência Hoje*, 16 (p. 20-26); Stenzel, Kristine S. (2006), “Lenguas y tradiciones orales em la Amazonia brasileña”, In: *Lenguas ey tradiciones orales de la Amazonia. Diversidas em peligro?* UNESCO, Casa de las Americas (71-120); Brackelaire e Azanha (2006), “Últimos pueblos indígenas aislados em América Latina: reto a la supervivencia”. In: *Lenguas ey tradiciones orales de la Amazonia. Diversidas em peligro?* UNESCO, Casa de las Americas (315-363).

² Leite, Yonne & Franchetto, Bruna. (2006). “500 anos de línguas indígenas no Brasil.” In Cardoso, Suzana A.M., Mota, Jacyr A., Mattos e Silva, R.M. (orgs) *Quinhentos Anos de História Lingüística no Brasil*. Salvador: Sec. da Cultura e Turismo do Estado da Bahia (p. 15-61). — Moore, Denny and Gabas Jr., Nilson. (2006). “O futuro das línguas indígenas brasileiras.” In *Amazônia 500 Anos*. Louis Forline, Ima Vieira & Rui Murrieta (orgs). Belém: Museu P. E. Goeldi. (p. 333-354).

Por sua vez, a UNESCO vem desenvolvendo, desde pelo menos o final dos anos 1990, programas de proteção da diversidade lingüística por meio dos seus setores de Comunicação e Informação e de Cultura.

Com o desaparecimento das línguas, a ciência perde fontes de evidências para o conhecimento da linguagem humana, bem como do passado, antigo e recente, do povoamento indígena. Um país e a humanidade perdem uma parte essencial do seu patrimônio intelectual, de sua identidade, de sua memória. Quem sai perdendo em primeiro lugar, porém, são as próprias comunidades indígenas, já que uma língua e suas variantes representam um elemento chave da identidade de um povo, veículo de tradições e conhecimentos milenares, razão de auto-estima e de vontade de se perpetuar.

2. Estratégia do País para o Setor

Desde o período dos Descobrimentos, os europeus iniciaram investigações que alimentavam teorias e tipologias sobre as línguas encontradas nos territórios que iam conquistando. No Brasil, os portugueses se concentraram nas línguas da costa brasileira, onde dominava o tupi-guarani. Os documentos que nos chegam dos primeiros três séculos da colonização são gramáticas e catecismos de três línguas indígenas que desapareceram: Tupinambá, Kariri e Manau. Nas gramáticas jesuíticas tupi admira-se, até hoje, a clareza e detalhamento que nos permitem apreciar os sistemas e processos fonológicos e morfossintáticos do tupinambá e do tupi antigo. Por outro lado, rejeita-se hoje a classificação dos fatos registrados através das categorias da tradição gramatical greco-latina. O intuito era conquistar a língua indígena pelo empreendimento missionário, como instrumento de combate ao paganismo. Mais tarde, o romantismo produz uma língua tupi transfigurada (e desfigurada) pela literatura que foi traduzindo para o imaginário nacional brasileiro um índio genérico, que até hoje povoa o senso comum, a história escolar, filmes e novelas.

Esses estudos pavimentaram o caminho da lingüística que se apresentaria como ciência na 2ª metade do século XIX. Ao missionário se acrescenta, nesse período, o estudioso viajante, que acompanhava, direta ou indiretamente, as novas expedições de conquista: Koch-Grümbert, Steinen, Capistrano de Abreu, Nimuendajú, para mencionar os mais importantes. As observações gramaticais, mais ou menos sistemáticas, eram acompanhadas ou ilustradas por coletâneas de textos, transcrições alfabéticas de peças das tradições orais de diversos povos indígenas. Começava a se constituir um *corpus*, na sua maioria composto de narrativas, que seriam transfiguradas, novamente, para alimentar um folclore nacional com suas personagens emblemáticas, como Macunaíma.

Atualmente, o propósito evangelizador continua sendo a base do interesse lingüístico missionário, como é o caso do trabalho de muitas missões de fé, encabeçadas pela norte-americana Summer Institute of Linguistics, hoje Sociedade Internacional de Lingüística (SIL). O SIL foi personagem importante na implementação da pesquisa em lingüística "indígena" no Brasil entre o final dos anos 50 e o dos anos 70, bem como teve, até não muito tempo atrás, primazia na cena da lingüística internacional.

A lingüística laica, não obstante, foi se desvencilhando do marco missionário, desdobrando-se entre o desenvolvimento de seus modelos descritivos e explicativos e a aplicação de seus saberes em prol de projetos que possibilitem a sobrevivência digna das línguas indígenas. Levantamento feito por Storto e Moore, em 1991, mostrava que de oitenta a cem línguas tinham recebido algum tipo de descrição; quase metade estava sem nenhuma documentação. Os autores consideravam que 10% das línguas contavam com uma descrição gramatical satisfatória. Havia somente 12 doutores no Brasil dedicando-se ao estudo

dessas línguas, somente oito universidades com a presença das línguas indígenas em programas de pós-graduação. O SIL trabalhava com 40 línguas, não tendo contribuído à formação de nenhum pesquisador brasileiro. Cinquenta e nove estavam sendo investigadas por linguistas não-missionários; entre 1985 e 1991, um aumento de 36%; entre 1987 e 1991, o Programa de Pesquisas Científicas das Línguas Indígenas Brasileiras (PPCLIB) do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) deu apoio a bolsas, pesquisas de campo e cursos intensivos.

Os resultados de levantamento feito por Bruna Franchetto em 1995 mostravam a existência de cerca de 120 pesquisadores (80% ativos; uma dezena de pesquisadores missionários com vínculos acadêmicos em instituições brasileiras). Observava-se o aumento da participação de graduandos e pós-graduandos; as atividades do SIL pareciam estacionárias. Entre 1991 e 1995, houve aparentemente um aumento de cerca de 40% do número de línguas estudadas.

Naquele momento, a pesquisadora observava que, para as cerca de 180 línguas indígenas, pouco mais de 30 delas tinham documentação ou descrição satisfatória; 114 tendo algum tipo de descrição sobre aspectos da fonologia e/ou da sintaxe, o restante continuando no desconhecido. Esse cálculo aproximado incluía os resultados da atuação do SIL aos quais foi dada divulgação.

Por outro lado, já há grupos indígenas que percebem "o perigo" que suas línguas correm e, por conseqüência, estão interessados em sua revitalização. Nessas situações, os índios procuram interagir com linguistas que possam dedicar-se à documentação de sua língua.

Em que pesem os avanços registrados, no Brasil há uma carência crônica de pesquisadores dedicados ao estudo de línguas indígenas.

3. Assistência Técnica prévia ou em curso

Em 2004, uma primeira experiência de cooperação da UNESCO com o Museu do Índio, por meio de seu Programa Regular, resultou na publicação, em CD, do Vocabulário Básico de Línguas Indígenas, incluindo 10 povos indígenas e contendo, além dos registros sonoros e visuais da fala, dados sobre aspectos demográficos, sociais e culturais desses povos.

Em abril de 2008, foi assinado documento de cooperação entre a Fundação Nacional do Índio/FUNAI e o Instituto Max Planck para Psicolinguística (MPI), sediado em Nijmegen, Holanda. Esse é o centro técnico do programa DOBES. O MPI contribuiu na aquisição e instalação do primeiro servidor com LAT no Museu do Índio, cujo sistema operacional (Linux) tem um sistema de discos rígidos que garante que os dados não se percam mesmo se um dos discos falhar. Esse servidor já contém acervos de três línguas indígenas faladas na região do Alto Xingu (MT), resultados dos projetos pioneiros do DOBES: Kuikuro (Karib, Bruna Franchetto, Museu Nacional/UFRJ); Trumai (isolada, Raquel Guirardello, MPI Nijmegen & Museu Goeldi) e Awetí (Tupí, Sebastian Drude, Freie Univ. Berlin & Museu Goeldi)

Novos bancos de dados estão sendo ou poderão vir a ser inseridos no servidor do Museu do Índio e há perspectivas de ampliar a cooperação com o MPI visando à instalação de outros acervos. Essa possibilidade de ampliação se vincula à implementação do presente Projeto, como se verá adiante.

4. Matriz Institucional para o Setor - limitações institucionais e operacionais.

A Documentação Lingüística é uma área de pesquisa e tecnologia em pleno crescimento que mantém laços interdisciplinares com o desenvolvimento tecnológico e, de modo inovador, com áreas da investigação lingüística propriamente dita (em seus diversos ramos e vertentes teóricas), etnológica, histórica, arqueológica, entre outras.

Há vários indicativos de que a documentação lingüística, devido à sua ênfase na interdisciplinaridade, na cooperação internacional, na participação das comunidades de falantes e nas tecnologias digitais, tem o potencial de levantar o status e o conhecimento das línguas indígenas para um novo patamar.

No Brasil, esta área surgiu há cerca de sete anos, a partir de uma cooperação exemplar entre pesquisadores de instituições brasileiras e programas de ponta internacionais, especialmente da Europa.

Dois programas internacionais apareceram nesses últimos anos com o objetivo de patrocinar e estimular projetos de documentação e revitalização de línguas ameaçadas: o programa DOBES - DOKumentation BEdrohter Sprachen, da Fundação Volkswagen da Alemanha, www.mpi.nl/DOBES e o ELDP - Endangered Languages Documentation Programme - Programa para a Documentação de Línguas Ameaçadas, patrocinado pela Lisbet Rousing Charitable Fund e administrado pelo School for Oriental and African Studies, Universidade de Londres, www.hrelp.org/grants.

Segundo dados citados por Denny Moore na Revista Eletrônica do IPHAN, em 2007, vários projetos internacionais de documentação estavam em progresso no Brasil, envolvendo 17 línguas:

Patrocínio DOBES:

Língua (tronco/família) Lingüista Instituição
Kuikúro (Karib) Franchetto Museu Nacional
Trumái (isolada) Guirardello MPI/Museu Goeldi
Awetí (Tupí) Drude Universidade Livre de Berlim/Museu Goeldi
Kaxuyána (Karib) Meira Universidade de Leiden/Museu Goeldi
Bakairí (Karib) Meira Universidade de Leiden/Museu Goeldi
Mawé (Tupí) Meira Universidade de Leiden/Museu Goeldi
Kaxinawá (Pano) Camargo CNRS

Patrocínio ELDP:

Puruborá (Tupí) Galucio Museu Goeldi-MCT
Sakurabiát (Tupí) Galucio Museu Goeldi-MCT
Ayuru (Tupí) Demolin Universidade Livre de Bruxelas/USP
Salamáy (Tupí) Moore Museu Goeldi-MCT
Apurinã (Aruák) Facundes UFPA
Ofayé (Macro-Jê) Ribeiro Universidade de Chicago/UFG
Kaduvéu (Guaykurú) Sandalo UNICAMP
Karo (Tupí) Gabas Museu Goeldi-MCT
Enawé Nawé (Aruák) de Resende Museu Nacional-UFRJ

Piratapuyo e Wanano (Tukano), Stenzel Museu Nacional-UFRJ

Pareci-Haliti (Aruák) Silva UFRJ

Patrocínio NSF:

Piratapúya (Tukano) Stenzel Museu Nacional

Além desses projetos, cujo foco é mais documentação do que pesquisa, há projetos menores apoiados por fontes nacionais ou pela Endangered Languages Fund (Fundo para Línguas Ameaçadas).

Os resultados parciais desses projetos permitem afirmar que, no Brasil, esta área tem um indiscutível potencial para documentar em profundidade línguas e culturas nativas ainda existentes. Além disso, se trata de impulsionar mais ainda a interface entre desenvolvimento tecnológico e ciências humanas, tendo o Brasil uma posição de destaque no cenário internacional.

O Museu do Índio, instituição técnico-científica federal exclusivamente dedicada às culturas indígenas, tem sob sua guarda um acervo etnológico que reúne mais de 235 mil registros dos povos indígenas no Brasil, abrangendo artefatos, textos, imagens, filmes e gravações sonoras, além de publicações especializadas. Para os estudos sobre a diversidade cultural e lingüística, as informações preservadas em alguns segmentos desse acervo representam uma fonte indispensável de pesquisa, incluindo vocabulários, esboços gramaticais, lendas, histórias, dicionários, anotações e outros materiais lingüísticos que integram principalmente o conjunto arquivístico da Comissão Rondon.

Justificativa do Projeto

1. Situação Atual

Pelo exposto, os principais dados da situação atual da preservação de línguas indígenas no Brasil são os seguintes:

Das cerca de 180 línguas indígenas, pouco mais de 30 delas tem documentação ou descrição satisfatória, 114 tendo algum tipo de descrição sobre aspectos da fonologia e/ou da sintaxe, o restante continuando no desconhecido.

as iniciativas de registro e documentação são dispersas pelo país, em número e em condições institucionais insuficientes para fazer frente ao universo a ser pesquisado e à demanda das comunidades indígenas

a demanda por documentação proveniente de grupos indígenas é crescente, especialmente na região Norte, e já ultrapassa de longe a capacidade dos poucos pesquisadores e centros preparados para este tipo de trabalho;

acervos de dados sobre culturas e línguas existentes no próprio Museu do Índio ou de posse de pesquisadores encontram-se sem o tratamento e as condições adequadas à sua disponibilização para a comunidade de pesquisadores e das comunidades indígenas;

as políticas públicas culturais para a pesquisa e para a educação escolar precisam dessas informações sobre as línguas para que possam ser minimamente adequadas e competentes, e

novos princípios, métodos e tecnologias que fundamentam a documentação lingüística encontram-se ainda sem condições de experimentação em mais larga escala e implementação no país.

Essa conjuntura demonstra a oportunidade e até mesmo a urgência de implementação de um Projeto de documentação de culturas e línguas indígenas em mais larga escala, fazendo frente ao universo da demanda e tirando proveito das inovações tecnológicas que vem sendo concebidas e experimentadas.

2. Situação Esperada

Ao final do Projeto, espera-se atingir a documentação de 20 línguas indígenas ameaçadas, selecionadas dentre um universo de 35 prioritárias;

Espera-se que os processos de documentação sejam suficientes para consolidar a metodologia de Documentação Lingüística dentre os pesquisadores brasileiros e disseminá-la entre as comunidades indígenas envolvidas;

Espera-se que membros das comunidades de falantes das línguas documentadas estejam aptos a utilizar as bases de dados construídas, assim como a alimentá-las de novos dados. Espera-se, sobretudo, que o processo e os resultados da documentação sejam estimulador da valorização da língua como fator essencial à preservação da diversidade e à promoção da coesão desses grupos;

Espera-se que o Projeto tenha um amplo efeito reprodutor, a médio e longo prazo, na medida em que se prevê que a principal clientela indígena de suas ações de treinamento e capacitação incluirá um grande número de jovens já altamente motivados e habilitados para a transmissão de conhecimentos de suas culturas e atuarem como professores nas escolas existentes na maioria das aldeias, e

Espera-se ainda que os principais acervos documentais lingüísticos e culturais já existentes e dispersos no país possam estar sistematizados e protegidos, assim como estimulada a convergência de novos acervos para o Museu do Índio.

3. Beneficiários do Projeto

A documentação lingüística moderna visa beneficiar, em primeiro lugar, as comunidades, fortalecendo suas línguas e suas culturas, condições indispensáveis para um bilingüismo ou multilingüismo estável, a única forma sustentável de manter a diversidade. Não é por acaso que a demanda por documentação proveniente de grupos indígenas já ultrapassa de longe a capacidade dos poucos pesquisadores e centros preparados para este tipo de trabalho, especialmente na região norte.

Uma chave para o sucesso é a participação ativa de membros da própria comunidade, estabelecendo, inclusive, um novo modelo de pesquisa com grupos indígenas e visando a formação de pesquisadores indígenas, especialistas em documentação.

Dois exemplos podem servir de ilustração. A documentação do Kuikuro (karib meridional, Alto Xingu), iniciada por Bruna Franchetto, Carlos Fausto e Mara Santos (UFRJ), que teve continuidade, mesmo depois do término oficial do projeto DOBES, por iniciativa da própria comunidade Kuikuro. Vários vídeos de autoria dos Kuikuro ganharam prêmios nacionais e internacionais; uma exposição no Museu do Índio, elaborada com participação dos Kuikuro, trata da relação, complexa mas enriquecedora, entre novas tecnologias e os registros da memória tradicional. Outro exemplo é o trabalho de Ana Vilacy Galucio (Museu Goeldi), que produziu um livro bilingüe inovador, com um CD-Rom contendo narrativas do povo Sakurabiat. Os índios prestigiam hoje a sua língua como nunca. Um outro trabalho da mesma pesquisadora, de resgate

da língua Puruborá, ajudou na reunificação desse povo, antes espalhado por cidades do estado de Rondônia.

Como retorno imediato para as comunidades indígenas, o Projeto prevê treinamento de no mínimo um pesquisador indígena especialista em documentação lingüística para cada língua a ser documentada, disponibilização dos materiais digitalizados, elaboração de materiais didáticos e para-didáticos, dentre outros.

O acesso aos acervos existentes no Museu do Índio e outros a serem incorporados, devidamente tratados e sistematizados pelo Projeto, atenderá também à demanda das comunidades indígenas de recuperar registros que as auxiliem a documentar e revitalizar suas culturas. Mais do que beneficiários de seus resultados, o Projeto pretende contar com a participação e intervenção direta dos índios nas distintas fases do trabalho, visando qualificar os registros existentes nos acervos, produzir novas informações e gerar bases de dados que sejam significativas na perspectiva de seus universos socioculturais.

O segundo grupo de beneficiários diretos é a comunidade científica e acadêmica, uma vez que o Projeto se propõe a introduzir e difundir novos conhecimentos e tecnologias, ainda em nível experimental e pouco difundido no país.

O Museu do Índio terá protegido e divulgado seu acervo e fortalecida sua capacidade para a documentação lingüística, consolidando-se como referência no tema especialmente frente às comunidades indígenas

Pode-se afirmar ainda que a visibilidade internacional do Projeto, em razão da cooperação científica essencial à sua execução e da grande extensão dos seus objetivos, fortalecerá a imagem externa do país como executor de políticas sociais, culturais e tecnológicas de ponta.

4. Estratégia de Implementação e articulação institucional

Antes de descrever a estratégia de implementação, é importante apresentar considerações de caráter metodológico dada à complexidade do tema. A primeira delas é justamente o conceito de *Documentação Lingüística*. A *documentação* lingüística e cultural não se confunde com a *descrição*, que é, basicamente, a análise da estrutura e funcionamento de uma língua ou de uma sociedade e sua apresentação em forma de, por exemplo, uma gramática (descritiva) um dicionário, uma etnografia. Os objetivos da Documentação são registrar a diversidade, ainda existente, de culturas e línguas em seus contextos, criando acervos digitais para múltiplos usos e usuários. Acervos digitais acessíveis às comunidades de falantes (ou de ex-falantes) possibilitam a preservação, de longo prazo, da diversidade real, envolvendo a memória, individual e coletiva, os conhecimentos tradicionais, as artes verbais, a música vocal e instrumental.

Para que os materiais sejam de utilidade para futuras gerações, é necessário que as gravações, em formato digital, sejam submetidas a uma anotação que contenha, no mínimo, uma transcrição dos enunciados e uma tradução. Também é preciso organizar, catalogar e descrever, de uma forma estruturada, todas as gravações antes de depositá-las em acervos digitais seguros que possam garantir a disponibilidade mesmo em 20 ou 50 anos. Todos os originais das gravações e anotações permanecem em instituições brasileiras, sendo que cópias são entregues, em formato adequado e acessível, às comunidades envolvidas. É essencial definir com clareza as regras de acesso a este material, que podem incluir restrições diferenciadas respeitando os direitos intelectuais e de imagem, bem como as decisões dos falantes, levando em conta, por exemplo, conteúdos cultural e pessoalmente sensíveis.

Este tipo de empreendimento precisa de equipamentos e de *softwares* apropriados, considerando, entre outras, as condições de trabalho de campo, que, na maioria das vezes, se realiza em locais sem energia elétrica e com pouca ou nenhuma infra-estrutura. A maioria dos programas e da tecnologia empregados foi desenvolvida especificamente para estes fins. O ELAN (Elicitação & Anotação), o programa mais conhecido, permite a anotação precisa, em diferentes níveis, de quaisquer tipos de gravações de vídeo e áudio, não somente de dados lingüísticos de línguas ameaçadas. Surgiu nos últimos quatro anos, a tecnologia LAT (Tecnologia para Arquivamento de Línguas, desenvolvida no programa DOBES³) para construir acervos digitais estruturados, permitindo organizar, descrever, catalogar, providenciar e regulamentar o acesso a dados multimídia associados à anotação.

Feitas essas considerações, passamos então à descrição da **estratégia de implementação** do Projeto

A primeira medida é a **definição do universo de línguas a serem documentadas**. Para tanto, foram identificadas, com base na conjugação de um conjunto de critérios, as 35 línguas consideradas mais ameaçadas. Estes números representam apenas uma parte do patrimônio nativo ameaçado e em risco de desaparecimento.

Critérios utilizados para a seleção do universo das 35 línguas:

1. pequeno número de falantes em uma população em via de se tornar-se monolíngüe em português;
2. pequeno número absoluto de falantes (até 500 pessoas);
3. descontinuidade geracional no uso da(s) língua(s) nativas e/ou redução dos domínios e contextos de seu uso e/ou perda de tradições orais e de conhecimentos transmitidos oralmente em língua nativa;
4. boa motivação do grupo indígena para um projeto de documentação, com concomitante reforço ou resgate da língua;
5. existência de trabalho de pesquisa e/ou documentação, de boa qualidade, já encaminhado ou em andamento;
6. existência de acervos institucionais e/ou individuais, ameaçados, contendo gravações e materiais de pesquisa.

Com base nesses critérios, buscaram-se os levantamentos existentes e informações de especialistas que atuam em pesquisa e da documentação lingüísticas no Brasil e no exterior ⁴, chegando-se à seguinte listagem:

Aikanã: língua isolada, RO, população de 200 pessoas

Apiaká: TG, po. 192, MT, provavelmente só dois falantes

Akuntsu: Tupari, RO, 7 falantes

Arara-Ikpeng: Karib, PA+MT - 2 povos que falam variantes de uma mesma língua; Arara: 200 pessoas, Ikpeng: 320 pessoas.

Arikapú: Jabuti (Macro-Jê?), RO, 2 falantes

Banawá: Família Arawá, AM; população cerca de 100.

Baniwa do Içana: Arawak, AM, 5000+ falantes

Desana: Tukano, AM, cerca de 1500)

Djeoromixí: família Jabuti, RO, 50 pessoas

Dow: fam. Nadahup, AM, 83 pessoas

³ <http://www.lat-mpi.eu>

⁴ Os números relativos à população de cada etnia foram retirados de Ricardo, Beto e Ricardo, Fany (orgs.), Povos Indígenas no Brasil 2001-2005, São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. Estes números não devem ser confundidos com o número de falantes.

Fulni-ô: Yatê, Macro-Jê, PE: no nordeste, a única língua sobrevivente.
Kanela-Apaniekra: Timbira, Macro-Jê, MA, cerca de 400 pessoas
Kanoê: isolada, RO, 95 pessoas, 5 falantes, documentação urgente.
Karajá, Javaé e Xambioá: tronco Macro-Jê, TO, população 2.532+1.208+269; Javaé e Xambioá são fortemente ameaçadas; boas condições de trabalho.
Kayabi: Tronco Tupi, Família Tupi-Guarani, MT, população 1.000; crescente presença do Português e abandono da língua; boas condições de trabalho.
Kisêdjê (Suyá): tronco Macro-Jê, MT, 334 pessoas, boas condições de trabalho.
Krenak: tronco Macro-Jê, MG, 40 pessoas, 10 falantes.
Latundê: fam. Nambikwara, RO, 19 pessoas.
Makurap: tronco Tupi, RO, 381 pessoas, 70 falantes
Maxakali: Macro-Jê, MG pop. 1.270
Nadöb: Nadahup (Makú), AM, pop. 400.
Ninam: fam. Yanomami, RR, 90 pessoas
Oro Win: fam. Txapacura, RO, 56 pessoas, 5 falantes
Pareci: fam. Arawak, MT, 1300 pessoas
Patamona: fam. Karib, RR,
Poyanáwa: fam. Pano, AC, 403 pessoas/ falantes?
Rikbaktsa: tronco Macro-Jê, MT, 1100 pessoa
Shawädawa: fam. Pano, AC, 10 falantes idosos
Tenharim: fam. Tupi-Guarani, AM, 700 pessoas
Tupari:Tupi, RO, pop. 338.
Tuyuca: fam. Tucano, AM, pop 830 pessoas
Xetá: Tupi-Guarani, 3 falantes
Yawalapiti: fam. Arawak, MT, menos de 10 falantes.
Yawanawa:Pano, AM - 500 pessoas/ 200 (?) falantes

A segunda medida, cuja implementação deve ser feita em paralelo à Documentação Lingüística e de forma a apoiá-la e otimizá-la, refere-se ao **tratamento e disponibilização dos acervos documentais**. Para tanto, foram identificados os acervos prioritários sob a guarda do Museu do Índio, relevantes para os objetivos do Projeto⁵, e cerca de trinta acervos já existentes sobre línguas e culturas indígenas, pertencentes a coleções pessoais e institucionais, em sua maioria já cedidos ou disponibilizados ao Museu, entre outros acervos dispersos que venham a ser reunidos.

A partir desse conjunto de acervos será definido o universo a ser trabalhado no Projeto, com base nos seguintes critérios, entre outros que venham a ser considerados pertinentes de acordo com cada situação específica:

1. expressividade do acervo em relação à temática da etnia indígena abordada;
2. nível de organização preliminar do acervo (autoria, etnia, data, local, etc.);

⁵ Acervos imagéticos, textuais, cartográficos, sonoros e tridimensionais dos povos indígenas Desana, Baniwa, Bororo, Guarani, Kanela, Karajá, Kadiwéu, Kayapó, Kuikuro, Krenak, Maxacali, Nambikwara, Pareci, Parintintin, Xavante, Yawanawa entre outros existentes em diferentes fundos arquivísticos e coleções, quais sejam: Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Comissão Rondon (CR), Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), Fundação Brasil Central (FBC), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e coleções privadas pessoais (Pedro Lima, Milton Guran, William Crocker, General Ismarth, Zelito Viana, Jesco, Helmut Sick, Gustaaf Viger, etc).

3. segurança quanto à autoria dos documentos doados (ex. fotos) e ao direito de propriedade ou guarda do material por parte do doador;
4. importância do conteúdo informacional dos documentos;
5. estado de conservação do material, de modo a permitir seu tratamento, reprodução digital e disponibilidade na base de dados.

A estratégia básica a ser adotada é buscar, desde o início dos trabalhos, construir com os índios uma qualificação do acervo do Museu a partir de sua interferência direta, de forma a gerar, ao mesmo tempo, uma base de dados documentais digitalizada para acesso direto das comunidades indígenas às informações existentes e àquelas produzidas a partir do olhar e do saber indígena, durante o próprio processo de reconstrução do acervo. Esta parte do projeto contará com a parceria dos povos indígenas e suas organizações, bem como outras instituições científicas e culturais.

O trabalho será conduzido no sentido de capacitar e instrumentalizar os índios de modo que possam, eles mesmos, registrar o que entendem como relevante para sua cultura e sociedade, atuando como sujeitos, e não mais objetos de estudo. Inaugura-se, assim, no Museu do Índio, um novo movimento no qual os produtos são destinados ao consumo dos próprios índios, invertendo a lógica clássica do desenvolvimento de produtos que se destinam a não índios.

É importante destacar o amplo efeito reprodutor desse inovador modelo de pesquisa e documentação, a ser adotado tanto nos trabalhos documentais dos acervos quanto lingüísticos propriamente ditos. Com a capacitação de jovens pesquisadores indígenas e a qualidade das informações produzidas com sua participação efetiva, o conjunto da comunidade se instrumentaliza, reunindo condições para prosseguir no registro e transmissão de conhecimentos de suas culturas às novas gerações, estendendo, portanto, as possibilidades de sua reprodução a médio e longo prazo.

Por um lado, os dados inseridos nas bases a serem construídas fornecerão conteúdos essenciais para as escolas existentes na maioria das terras indígenas no país - um espaço institucionalizado, no âmbito das aldeias, que possibilitará a continuidade da iniciativa implantada pelo Projeto. De fato, a clientela potencial prevista para as ações de treinamento e documentação será constituída, em grande parte, por jovens já altamente motivados e habilitados para a transmissão de conhecimentos de suas culturas e que atuam como professores locais. A formação dos pesquisadores do Projeto atenderá, assim, uma imensa demanda escolar de especialização de seu corpo docente e de dados qualificados sobre a cultura e a língua que propiciem conteúdos válidos para fundamentar os trabalhos pedagógicos.

Por outro lado, com o treinamento dos pesquisadores indígenas nos trabalhos de campo e nos acervos, as bases de dados específicas construídas para seus povos e a implantação de uma infraestrutura preliminar de apoio à continuidade do Projeto, possibilita-se, em alguns casos, a própria criação de centros culturais locais; em outros, fornecer conteúdo aos centros e núcleos já existentes. Cabe lembrar que, para dar continuidade às ações do Projeto, houve acréscimo do orçamento do Museu do Índio, sendo que a parceria com a Fundação Banco do Brasil viabilizará parte dos equipamentos a serem doados às comunidades indígenas. Por meio das ações do Projeto - as boas práticas estabelecidas com a reunião de pesquisadores renomados, instituições conceituadas, os produtos resultantes e o próprio interesse dos índios e suas lideranças - estarão sendo apontadas sugestões e uma direção às comunidades para a aplicação desses recursos. Da mesma forma, a metodologia implantada pelo Projeto contribui para sugerir uma direção para o conjunto de iniciativas existentes em algumas comunidades, patrocinadas por recursos internacionais e nacionais, de instituições públicas e privadas.

Para fazer frente às várias etapas da Documentação Lingüística e tratamento dos acervos documentais, o Projeto deverá contar com a seguinte estrutura, desempenhando as respectivas funções:

COMISSÃO CONSULTIVA

Será composta por cinco a dez membros, doutores em lingüística ou áreas afins, especialistas brasileiros e estrangeiros de renome internacional, com produção científica relevante e experiência em documentação, e incluirá, necessariamente, a participação de um pesquisador do Museu do Índio. Deverá prover a garantia do padrão científico do Projeto como um todo e dos subprojetos de documentação. A Comissão será mobilizada e ouvida sempre que for necessário.

Os recursos logísticos para seu funcionamento serão supridos pelo Convênio entre o Museu do Índio e a Fundação Banco do Brasil.

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Será de responsabilidade de um Coordenador Científico a quem caberá avaliar e supervisionar a qualidade e consistência científica do Projeto nas suas diversas fases – especificações e seleção de equipamentos e tecnologias, conteúdos dos treinamentos, elicitação, anotação, compilação de léxicos, subprojetos de documentação.

Os recursos logísticos serão supridos pelo Convênio entre o Museu do Índio e a Fundação Banco do Brasil.

GESTÃO CIENTÍFICA DE DOCUMENTAÇÃO LINGÜÍSTICA

Será de responsabilidade de consultor contratado pelo Projeto, a quem caberá o detalhamento do planejamento do Projeto; oferecer subsídios para a formação das equipes e para a concepção e realização do treinamento; oferecer subsídios para os pesquisadores de campo; oferecer subsídios para o tratamento de acervos lingüísticos já existentes e oriundos dos subprojetos de documentação; oferecer subsídios para a divulgação dos resultados, atividades e materiais produzidos pelo Projeto e pelos subprojetos; avaliar cientificamente os subprojetos.

GESTÃO CIENTÍFICA DE ACERVOS DOCUMENTAIS

Será de responsabilidade de consultor contratado pelo Projeto, a quem caberá oferecer subsídios à formação das equipes e seu treinamento; planejar e implementar as atividades relativas ao tratamento técnico dos distintos acervos, obedecendo às suas especificidades; supervisionar os trabalhos de digitalização e de inserção das informações na base de dados; subsidiar a divulgação dos resultados dos trabalhos realizados para o projeto; avaliar a produção realizada pelas diferentes equipes.

GESTÃO TÉCNICA DE DOCUMENTAÇÃO LINGÜÍSTICA

Será de responsabilidade de consultor contratado pelo Projeto, a quem caberá oferecer subsídios técnicos à formação das equipes no curso de treinamento; oferecer subsídios para a concepção da estrutura padrão dos acervos no servidor do Museu do Índio; oferecer subsídios para a criação dos acervos individuais; oferecer subsídios para a definição e operacionalização do acesso aos materiais arquivados; manter e atualizar o servidor do Museu do Índio.

SUBPROJETOS DE DOCUMENTAÇÃO LINGÜÍSTICA (cerca de 20 subprojetos ao longo de 3 anos)

Serão de responsabilidade de consultores contratados pelo Projeto e de bolsistas indígenas do Projeto. Deverão prover a documentação das línguas indígenas selecionadas, incluindo todas as suas etapas, dentre elas o treinamento e a definição dos direitos de acesso para grupos de usuários diferenciados.

SUBPROJETOS DE TRATAMENTO DOCUMENTAL (cerca de 15 acervos documentais tratados ao longo de 3 anos)

Serão de responsabilidade de consultores contratados pelo Projeto e de bolsistas indígenas do Projeto. Deverão prover o tratamento dos acervos textuais e audiovisuais selecionados, incluindo, em linhas gerais, as etapas de processamento técnico, entre outras específicas para cada tipo de documento.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Gestão administrativa e contábil do Projeto, organização da logística de viagens dos participantes e docentes, aquisição de materiais de consumo e infra-estrutura necessários. Tal função será de responsabilidade de equipe do Museu do Índio, com suporte de contratação de pessoal por meio de apoio da Fundação Banco do Brasil.

5. Razões para a Assistência Técnica da UNESCO

Nos últimos anos, vários textos normativos e declarações vieram a reconhecer internacionalmente a importância das questões lingüísticas. Exemplos incluem:

- O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, das Nações Unidas (1966)
- A Declaração de Viena, da Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993), que afirma o direito de “pessoas pertencentes a minorias a usarem sua própria língua” (art. 19)
- A resolução 56/262 (Parte II) da Assembléia Geral das Nações Unidas, sobre a preservação e proteção de todas as línguas
- Relatório do Secretário Geral das Nações Unidas, em sua 58ª sessão (2003) sobre as medidas para proteger, promover e preservar todas as línguas, que incluiu uma contribuição da UNESCO.
- A Declaração de Princípios, aprovada pela Cúpula Mundial da Sociedade da Informação em 2003, que enfatiza (par. 52 e 52) a promoção da diversidade lingüística
- A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007).

A UNESCO também desenvolveu uma série de instrumentos normativos próprios que abordam o assunto, como a *Convenção contra a Discriminação na Educação* (1960), a *Declaração Universal da Diversidade Cultural e seu Plano de Ação* (2001), a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e a Recomendação para a Promoção e o Uso do Multilingüismo e do Acesso Universal ao Ciberespaço* (ambos de 2003).

A necessidade de enfrentar essas questões se torna mais premente devido à aceleração da globalização, na qual as línguas, com suas implicações complexas em termos de identidade e integração social, tanto global como localmente, guardam uma importância estratégica. O ritmo em que os idiomas têm desaparecido é crescente, e leva a uma perda incomensurável para a diversidade lingüística e cultural.

Entre as diversas atividades desenvolvidas pela UNESCO, entre 2002 e 2003 a Organização solicitou a um grupo internacional de lingüistas o desenvolvimento de um conjunto de critérios para determinar a vitalidade das línguas, de modo a identificar suas necessidades e orientar o desenho de políticas e medidas de salvaguarda. Esse quadro é conhecido como “Language Vitality and Endangerment” (“Vitalidade e Riscos Lingüísticos”). Além disso, o organismo adota uma série de medidas operacionais, como a publicação de um Atlas Mundial das Línguas em Risco de Extinção (editado em 1996 e 2001, com uma terceira edição prevista para 2009), que se tornou uma importante referência sobre o assunto, e contribui para aumentar o interesse e a visibilidade da questão das línguas ameaçadas.

Por fim, a UNESCO considera que a preservação dos conhecimentos tradicionais relacionados à preservação da biodiversidade depende fortemente da salvaguarda das línguas que lhe servem de veículo. Para atingir os compromissos da Convenção da Diversidade Biológica (2002), os Estados Partes elegeram

uma série de indicadores de progresso, entre eles o “estado dos conhecimentos tradicionais, inovações e práticas”. Nesse sentido, a UNESCO tem trabalhado no desenvolvimento de um indicador denominado “Estado e Tendências da Diversidade Lingüística e Número de Falantes das Línguas Indígenas”, que por meio da coleta de dados e a aplicação de questionários, deverá indicar o curso da diversidade lingüística ao redor do mundo.

O presente Projeto se enquadra nas orientações estratégicas propostas pela UNESCO para o biênio 2008/2009 (documento 34C/5), especificamente na grande linha de ação 2 (Salvaguarda do patrimônio vivo, em particular por meio da promoção e implementação da Convenção do Patrimônio Imaterial), parte da Prioridade setorial 1 – Promoção da diversidade cultural por meio da preservação do patrimônio cultural em suas várias dimensões e fortalecimento das expressões culturais.

6. Considerações Especiais

Cabe ressaltar dois aspectos que, embora mencionados em outros tópicos, merecem um destaque especial pela sua importância na execução desse Projeto. Trata-se da participação da Fundação Banco do Brasil e da relação com as universidades.

A participação da FBB permitirá que o projeto de cooperação internacional seja quase que totalmente desonerado dos aspectos logísticos, de contratação de serviços e de aquisição de bens e equipamentos. A presença reduzidíssima de tais itens no Projeto de cooperação (pequeno número de viagens, subcontratos de tratamento documental, recursos para equipamentos) visa apenas ter a possibilidade de sua contratação para evitar eventuais discontinuidades, caso, por razões administrativas de caráter temporário, se tenha alguma redução no fluxo de recursos da FBB.

Os pesquisadores – lingüistas e antropólogos – vinculados às universidades brasileiras terão um papel importante na implementação do Projeto. No entanto, em razão da diversidade e da dispersão das iniciativas de estudo e pesquisa de documentação lingüística no país, não se pode atribuir a nenhuma delas papel preponderante na execução. A riqueza e o ineditismo dessa experiência será justamente a possibilidade de congregar as universidades em torno desses novos métodos de documentação cultural e lingüística, valendo-se, a cada momento, daquela que tiver maior experiência ou contato com o povo indígena focado pelo Projeto.

7. Capacidade de contrapartida da instituição nacional

O Museu do Índio aportará ao Projeto recursos humanos necessários às funções administrativas, e, em especial, recursos humanos dos setores de pesquisa e documentação, incluindo pesquisadores e técnicos com especialização, mestrado e doutorado em Museologia, Arquivística, História, Antropologia e outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. A equipe participará diretamente do Projeto, seja na execução, acompanhamento e supervisão dos trabalhos de processamento da documentação e dos materiais etnográficos reunidos de outros pesquisadores, seja na coleta, complementação ou atualização das informações culturais dos acervos junto às comunidades indígenas.

Além disso, o Museu mobilizará rede de pesquisadores acadêmicos que têm atuado em seus projetos, especialmente visando à composição da Comissão Consultiva e da Coordenação Científica e, em especial, à identificação de pesquisadores a serem envolvidos nas pesquisas de campo.

Outro aporte do Museu do Índio ao Projeto serão seus próprios acervos documentais a serem incluídos nas bases de dados do sistema de documentação, assim como acervos de pesquisadores que manifestaram interesse em abrigá-los no Museu.

C. Objetivo de Desenvolvimento

O projeto visa contribuir para a promoção da documentação de línguas e culturas indígenas ameaçadas, bem como a preservação de acervos individuais existentes, ampliando as possibilidades de sua salvaguarda e consolidando esta nova área no Brasil.

D. Objetivos Imediatos, Resultados e Atividades

Objetivo Imediato - Ampliar a capacidade da comunidade de pesquisadores não-indígenas e indígenas para a documentação de línguas e culturas indígenas.

Resultado 1 - Pesquisadores não-indígenas e indígenas treinados e familiarizados com as metas, os métodos e a tecnologia de documentação lingüística e de processamento de acervos documentais.

Atividade 1.1 – Conceber e implementar treinamentos na metodologia de Documentação Lingüística.

Atividade 1.2 – Conceber e implementar treinamentos nas tecnologias de registro imagético e sonoro, captura, transcrição e anotação, visando a capacitação de pesquisadores indígenas e não-indígenas dos subprojetos.

Atividade 1.3 – Conceber e implementar treinamentos nas tecnologias de preservação e processamento de acervos documentais.

Atividade 1.4 – Conceber e elaborar modelos e instrumentos de pesquisa e de documentação lingüística e de acervos a serem adotados no treinamento, desenvolvimento dos subprojetos, acompanhamento e avaliação dos trabalhos.

Resultado 2 - Acervos documentais relevantes para a documentação de línguas e culturas indígenas tratados e disponibilizados.

Atividade 2.1 – Eleger acervos prioritários, com base em critérios a serem definidos conjuntamente com a Comissão Consultiva e a Coordenação Científica do Projeto.

Atividade 2.2 – Implementar o processamento técnico dos acervos iconográficos, sonoros e fílmicos selecionados, envolvendo, a depender das condições de cada acervo, etapas tais como pesquisa, identificação, arranjo, descrição, notação, indexação, inserção das informações em registros na base de dados com acesso disponível na Internet, elaboração de inventários do acervo trabalhado.

Atividade 2.3 – Implementar o processamento técnico dos acervos textuais, envolvendo, a depender das condições de cada acervo, etapas de análise, identificação, diagnóstico, elaboração de registros documentais, proposição de descritores temáticos, sistematização e inserção de dados na base e elaboração de instrumento de pesquisa.

Atividade 2.4 – Implementar a reprodução dos materiais, envolvendo, entre outros procedimentos, digitalizar documentos etnográficos, originais iconográficos e textuais, proceder à captação digital dos itens sonoros, produzir os respectivos representantes digitais e disponibilizar seu acesso na base de dados do Museu do Índio.

Atividade 2.5 – Preparar dossiês dos acervos para sua devolução às comunidades indígenas.

Atividade 2.6 – Identificar as línguas indígenas e seu conteúdo em cada acervo trabalhado.

Atividade 2.7 – Implementar a incorporação de acervos de línguas e culturas indígenas ao servidor do Museu do Índio.

Atividade 2.8 - Conceber site para disponibilizar os representantes digitais dos objetos de pesquisa e dos acervos tratados, todos devidamente contextualizados, no banco de dados eletrônico do Museu do Índio e compartilhamento do processo de Documentação Lingüística.

Resultado 3 – Línguas e culturas indígenas documentadas, abrangendo um conjunto de cerca de 20 ameaçadas.

Atividade 3.1 - Estabelecer cronologia dos processos de documentação e selecionar línguas prioritárias, com base em critérios definidos conjuntamente com a Comissão Consultiva e a Coordenação Científica do Projeto

Atividade 3.2 - Obter autorizações das comunidades indígenas selecionadas

Atividade 3.3 – Desenvolver estudos bibliográficos e levantamentos de materiais em acervos públicos e privados sobre as línguas e as comunidades indígenas

Atividade 3.4 – Realizar gravações e coletar dados lexicais em pesquisas de campo

Atividade 3.5 – Realizar levantamento sócio-lingüístico das comunidades indígenas

Atividade 3.6 – Analisar e processar os dados lexicais e materiais coletados nas pesquisas de campo

Atividade 3.7 – Realizar a transcrição (ortográfica ou fonológica) de gravações com referência temporal

Atividade 3.8 – Realizar a tradução das transcrições para o português, enriquecida de comentários de natureza lingüística e/ou cultural

Atividade 3.9 – Realizar anotação detalhada (fonética, fonológica, morfológica, sintática) de uma amostra selecionada do material

Atividade 3.10 – Organizar e incorporar dados primários e secundários e metadados no acervo digital do Museu do Índio

Atividade 3.11 – Compilar um léxico básico

Atividade 3.12 – Realizar anotação básica das sessões contendo os eventos de fala

Atividade 3.13 – Elaborar descrição gramatical

Atividade 3.14 – Retornar os materiais coletados para as comunidades indígenas

Atividade 3.15 – Finalizar o corpus digital e a gramática descritiva

Atividade 3.16 – Produzir materiais de divulgação e para uso por parte da comunidade

Atividade 3.17 – Determinar, em conjunto com as comunidades envolvidas, os direitos de acesso para grupos de usuários diferenciados.

L. Contexto Legal

TÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º. O presente Documento de Projeto **Documentação de Culturas e Línguas Indígenas Brasileiras** é implementado ao amparo do "Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA", de 29 de dezembro de 1964, em vigor desde 02 de maio de 1966, em especial no seu artigo 1º, e tem por objeto **contribuir para a promoção da documentação de línguas e culturas indígenas ameaçadas, bem como a preservação de acervos individuais existentes, ampliando as possibilidades de sua salvaguarda e consolidando esta nova área no Brasil.**

§ 1º. O Projeto **Documentação de Culturas e Línguas Indígenas Brasileiras** apresenta como Objetivo Imediato:

Objetivo Imediato - Ampliar a capacidade da comunidade de pesquisadores não-indígenas e indígenas para a documentação de línguas e culturas indígenas.

§ 2º. Os principais resultados esperados pela implementação do Projeto **Documentação de Culturas e Línguas Indígenas Brasileiras** são:

Resultado 1 - Pesquisadores não-indígenas e indígenas treinados e familiarizados com as metas, os métodos e a tecnologia de documentação lingüística e de processamento de acervos documentais.

Resultado 2 - Acervos documentais relevantes para a documentação de línguas e culturas indígenas tratados e disponibilizados.

Resultado 3 - Línguas e culturas indígenas documentadas, abrangendo um conjunto de cerca de 20 ameaçadas.

TÍTULO II

DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Art. 2º. O Governo da República Federativa do Brasil atribui:

I - A FUNAI - Museu do Índio a responsabilidade pela execução das ações decorrentes do presente Documento de Projeto; e

II - à Agência Brasileira de Cooperação, doravante denominada "ABC", a responsabilidade pelo acompanhamento da execução das ações decorrentes do presente Documento de Projeto.

Art. 3º. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, doravante denominada "UNESCO", designa seu Escritório no Brasil como Instituição responsável pela execução das ações decorrentes do presente Documento de Projeto.

TÍTULO III

DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 4º. O presente Documento de Projeto define, de maneira pormenorizada, os objetivos, as atividades, os produtos, a estratégia operacional, o prazo e o cronograma, os recursos humanos e financeiros e as respectivas fontes orçamentárias necessárias à execução dos trabalhos.

Parágrafo único. No âmbito da implementação do Projeto, os serviços administrativos e financeiro, bem como os processos de aquisição e/ou importação de bens e equipamentos e a contratação de serviços de qualquer natureza observarão as normas, regulamentos e procedimentos da UNESCO, observadas igualmente as disposições do Manual de Convergência aprovado pelo Tribunal de Contas da União.

TÍTULO IV

DAS OBRIGAÇÕES

Art. 5º. Ao Governo Brasileiro caberá:

I - por meio da ABC:

- a)** acompanhar a execução das ações decorrentes do presente Documento de Projeto;
- b)** garantir dos executores o cumprimento de todas as obrigações decorrentes deste Documento de Projeto;
- c)** atuar no âmbito de suas competências, nos Termos do Decreto Presidencial nº 5.032, de 05 de abril de 2004, que versa sobre a estrutura regimental e quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas do Ministério das Relações Exteriores.

II - por meio da FUNAI – Museu do Índio:

- a)** executar as ações previstas no Documento de Projeto em colaboração com a UNESCO;
- b)** garantir as contribuições financeiras conforme o Cronograma de Desembolso comprometido no Documento de Projeto e em revisões subsequentes, e proporcionar a infra-estrutura local e as informações e facilidades necessárias à implementação das atividades;
- c)** definir, em conjunto com a UNESCO, os Termos de Referência e as Especificações Técnicas para a contratação de consultores, a aquisição de bens e equipamentos ou a demanda de serviços;
- d)** propor as modificações e ajustes necessários ao melhor andamento do Projeto;
- e)** acompanhar a execução do Projeto;
- f)** elaborar Relatórios de Progresso e Relatórios Anuais de Atividades a serem submetidos a Reuniões Tripartites entre a FUNAI – Museu do Índio, a UNESCO e a ABC;
- g)** elaborar relatório final do projeto no prazo de 90 (noventa) dias após o término de vigência do Projeto;

Art. 6º. À UNESCO caberá:

- a)** desenvolver, juntamente com a FUNAI – Museu do Índio, as atividades previstas no Documento de Projeto, com os recursos alocados para este fim pela FUNAI – Museu do Índio;
- b)** gerenciar, por solicitação do FUNAI – Museu do Índio, as ações administrativas necessárias à consecução do objeto do presente Documento de Projeto, conforme as normas e procedimentos administrativos e financeiros próprios da UNESCO, observando sempre os critérios de qualidade técnica, melhor preço e prazos previstos;
- c)** facilitar à FUNAI – Museu do Índio os meios necessários ao acompanhamento dos trabalhos;
- d)** organizar, de comum acordo com a FUNAI – Museu do Índio, ações de capacitação de recursos humanos julgados necessários para a consecução dos objetivos previstos neste Documento de Projeto;
- e)** encaminhar periodicamente à FUNAI – Museu do Índio relatórios de execução financeira do Projeto;
- f)** utilizar-se das facilidades de que dispõe enquanto Agência Especializada das Nações Unidas para a cooperação técnica recíproca, desde que aprovadas pela FUNAI – Museu do Índio;
- g)** preparar conjuntamente com a FUNAI – Museu do Índio revisões orçamentário-financeiras, bem como do Plano de Trabalho, sempre que se façam necessárias e nos termos previstos no Documento de Projeto;

TÍTULO V

DA COORDENAÇÃO

Art. 7º. A FUNAI – Museu do Índio e a UNESCO designarão, cada um, um Coordenador responsável pelo Projeto **Documentação de Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras**, bem como pelo conjunto de mediações necessárias entre as partes.

TÍTULO VI

DO VALOR E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 8º. O valor total do presente Projeto é de **R\$ 4.642.932,00** (quatro milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e dois reais). A FUNAI – Museu do Índio, no exercício de **2008** participará com recursos financeiros no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)

Programa de Trabalho: 021263

Elemento de Despesa: 33380.41

a serem apropriados em consonância com o respectivo Cronograma de Desembolso e correspondentes à execução das atividades desenvolvidas no âmbito deste Documento de Projeto, a partir da data de sua assinatura.

§ 1º. Para os próximos exercícios de vigência deste Documento de Projeto, os recursos financeiros a serem transferidos deverão obedecer os respectivos Cronogramas de Desembolso refletidos no Orçamento do Projeto e nas suas revisões.

§ 2º. As contribuições financeiras da FUNAI – Museu do Índio serão administradas pela UNESCO, de acordo com as políticas, normas, regulamentos e procedimentos financeiros do referido Organismo Internacional.

§ 3º. A administração dos recursos financeiros de contrapartida nacional observará o seguinte:

- I. Os valores de contribuição da FUNAI – Museu do Índio poderão ser suplementados segundo as necessidades do Projeto e as disponibilidades financeiras da FUNAI – Museu do Índio, refletidas em revisão orçamentária do Projeto.
- II. Os fundos transferidos para a execução dos projetos serão, para fins de escrituração contábil, contabilizados em dólares norte-americanos e administrados de acordo com as normas e procedimentos financeiros da UNESCO.
- III. A FUNAI – Museu do Índio transferirá os recursos previstos no Cronograma de Desembolsos em favor da UNESCO, mediante depósito em sua conta corrente.
- IV. Os recursos financeiros poderão ser depositados em moeda nacional, mediante aprovação da UNESCO e segundo a capacidade de absorção da moeda local por parte da Organização.
- V. Quaisquer eventuais ganhos ou perdas cambiais derivados dos recursos depositados na UNESCO pela FUNAI – Museu do Índio serão apropriados ao Projeto, sendo as eventuais conversões realizadas pela taxa de câmbio das Nações Unidas vigente na data do depósito.
- VI. Os rendimentos auferidos em aplicações financeiras serão apropriados ao projeto de acordo com as normas e procedimentos da UNESCO.
- VII. A UNESCO não iniciará ou prosseguirá com as atividades do Projeto até o efetivo recebimento dos recursos correspondentes.
- VIII. A UNESCO procederá a restituição à FUNAI – Museu do Índio de eventual saldo de recursos liberados no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da conclusão financeira do Projeto.

TÍTULO VII

DOS CUSTOS DE GESTÃO

Art. 9º. Ao orçamento do Projeto será debitado o valor de **R\$ 221.092,00** (duzentos e vinte e noventa e dois mil reais), correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor efetivamente aplicado na execução do Projeto, pelos serviços prestados pela UNESCO na implementação deste Projeto. O valor será ajustado proporcionalmente, de acordo com eventuais variações no orçamento total do Projeto. Os montantes correspondentes a esses custos serão refletidos nas sucessivas revisões orçamentárias, não sendo objeto de emissão de recibos.

TÍTULO VIII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 10. A UNESCO comprovará a execução financeira dos recursos que lhe foram depositados em razão deste Documento de Projeto, mediante a apresentação de relatórios à FUNAI – Museu do Índio.

§ 1º. Toda documentação comprobatória dos gastos efetuados no âmbito do Projeto estará arquivada na UNESCO e disponível à FUNAI – Museu do Índio.

§ 2º. No caso de estarem os originais dos documentos de posse da UNESCO, a título de privilégios e imunidades, cópias ficarão igualmente disponíveis à FUNAI – Museu do Índio.

Art. 11. A UNESCO apresentará um relatório financeiro final, contendo extrato das despesas, até 60 (sessenta) dias após o término de vigência do presente Documento de Projeto, observando os ditames normativos constantes dos diplomas legais internacionais relativos à matéria.

TÍTULO IX

DA AUDITORIA

Art. 12. O Projeto desenvolvido no âmbito deste Contexto Legal será objeto de auditorias anuais, bem com uma auditoria final, conduzida pelos respectivos órgãos de controle do Governo Federal e da UNESCO.

§ 1º. Deverão estar sempre à disposição dos auditores do Projeto todos os documentos pertinentes à sua execução, inclusive os relativos à prestação de contas.

§ 2º No caso de estarem os originais dos documentos de posse da UNESCO, a título de privilégios e imunidades, cópias autenticadas ficarão igualmente arquivadas na sede do Projeto e deverão ser fornecida quando solicitadas pelos auditores.

TÍTULO X

DOS BENS E EQUIPAMENTOS, DOS PRODUTOS GERADOS E DOS ENCARGOS FINANCEIROS PENDENTES

Art. 13. Os bens e equipamentos adquiridos com recursos do Projeto serão utilizados exclusivamente na sua execução, sendo transferidos ao patrimônio da FUNAI – Museu do Índio imediatamente após o recebimento e atesto pelo Projeto. O FUNAI – Museu do Índio deverá ser responsável pela manutenção destes bens e equipamentos em perfeitas condições de uso, pelo seguro sobre os mesmos e deverá garantir que os mesmos serão prioritariamente utilizados para os fins do Projeto durante sua execução ou enquanto seja necessário para atingir os objetivos do presente documento de projeto.

Art. 14. Os produtos gerados em decorrência do Projeto **Documentação de Culturas e Línguas Indígenas Brasileiras** serão de propriedade da FUNAI – Museu do Índio, observado o devido crédito à participação da UNESCO.

Art. 15. Ao encerramento do Projeto, a UNESCO deverá devolver à FUNAI – Museu do Índio os saldos dos recursos não utilizados e em seu poder, uma vez quitados os compromissos pendentes. Na hipótese de não verificação de saldos dos recursos financeiros, a FUNAI – Museu do Índio reembolsará à UNESCO as despesas por ela realizadas a conta deste Documento de Projeto.

TÍTULO XI

DAS ALTERAÇÕES

Art. 16. Mediante o consentimento mútuo das Partes, este Documento de Projeto poderá ser alterado por meio de Revisões, para adequações financeiras e/ou eventuais ajustes de execução do Projeto, objetivando o aperfeiçoamento necessário à continuidade de sua implementação.

TÍTULO XII

DA VIGÊNCIA

Art. 17. O presente Documento de Projeto terá vigência de 36 meses a contar da data de sua assinatura, data prevista para o fechamento das atividades do Projeto, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as Partes.

TÍTULO XIII

DA DENÚNCIA

Art. 18. O presente Documento de Projeto poderá ser denunciado por qualquer das Partes por meio de notificação, feita com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único. No caso de denúncia deste Documento de Projeto, as Partes deverão realizar o balanço das atividades realizadas por cada uma delas até a data de encerramento do mesmo,

bem como estabelecer os procedimentos de conclusão dos contratos/obrigações em vigência e de eventual ressarcimento de recursos.

TÍTULO XIV

DA PUBLICAÇÃO E DA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES

Art. 19. A FUNAI – Museu do Índio fará publicar o extrato deste Contexto Legal, eventuais aditamentos e demais atos decorrentes do previsto no Art. 8º, no Diário Oficial.

§ 1º. Todos os documentos e informes produzidos durante a execução do Projeto poderão ser divulgados desde que recebida a autorização das instituições participantes, podendo ser estabelecida a confidencialidade caso solicitado por uma das Partes.

§ 2º. A toda divulgação que se fizer das atividades desenvolvidas em decorrência da execução deste Documento de Projeto deverá, obrigatoriamente, indicar expressamente a participação de ambas as Partes, não podendo caracterizar promoção individual de qualquer das Partes.

TÍTULO XV

DA IMUNIDADE DA UNESCO

Art. 20. Nenhuma das provisões deste Documento de Projeto deve ser interpretada como recusa implícita ou explícita de quaisquer privilégios e imunidades dispensados à UNESCO por força dos atos internacionais celebrados com o Governo Brasileiro ou de convenções, leis ou decretos de caráter nacional ou internacional, ou de qualquer outra natureza.

TÍTULO XVI

DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Art. 21. As controvérsias entre as partes que possam advir deste Documento de Projeto serão dirimidas amigavelmente, privilegiando-se a realização de negociações diretas entre representantes das Partes. Em caso de persistirem as controvérsias, de comum acordo as partes indicarão um árbitro que dirimira as questões objeto de divergência, sendo esta decisão final e inapelável. As custas deste laudo arbitral serão divididas por igual, entre as partes.

TÍTULO XVII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Para as questões não previstas no presente Documento de Projeto, aplicar-se-ão as disposições do “Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e AIEA”, de 29 de dezembro de 1964 e da “Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas”, de 22 de novembro de 1947.

Feito em Brasília, DF, aos dias do mês de _____ de 2008, em quatro exemplares originais em português, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Ministro MARCO FARANI
Diretor, designado, da Agência Brasileira de Cooperação

Pelo Organismo de Cooperação Técnica Internacional
VINCENT DEFOURNY
Representante da UNESCO no Brasil

Pela Instituição Executora Nacional
MARCIO DE FREITAS MEIRA
Presidente da FUNAI

M. Anexos

Cronograma de revisões, relatórios e avaliação do projeto

Cronograma de Execução

Atividade	08		09			10				11		
Trimestre	1º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º

Objetivo Imediato - Ampliar a capacidade da comunidade de pesquisadores não-indígenas e indígenas para a documentação de línguas e culturas indígenas.												
Resultado 1 - Pesquisadores não-indígenas e indígenas treinados e familiarizados com as metas, os métodos e a tecnologia de documentação lingüística e de processamento de acervos documentais												
Atividade 1.1 - Treinamentos na metodologia de Documentação Lingüística												
Atividade 1.2 - Treinamentos nas tecnologias de registro imagético e sonoro, captura, transcrição e anotação												
Atividade 1.3 - Treinamentos nas tecnologias de preservação e processamento de acervos documentais												
Atividade 1.4 - Conceber e elaborar modelos e instrumentos de pesquisa e de documentação lingüística e de acervos												
Resultado 2 - Acervos documentais relevantes para a documentação de línguas e culturas indígenas tratados e disponibilizados												
Atividade 2.1 - Eleger acervos prioritários												
Atividade 2.2 - Implementar o processamento técnico dos acervos iconográficos, sonoros e fílmicos selecionados												
Atividade 2.3 - Implementar o processamento técnico dos acervos textuais												
Atividade 2.4 - Implementar a reprodução dos materiais												
Atividade 2.5 - Preparar dossiês dos acervos para sua devolução às comunidades indígenas.												
Atividade 2.6 Identificar as línguas indígenas e seu conteúdo em cada acervo trabalhado												
Atividade 2.7 - Implementar a incorporação de acervos de línguas e culturas indígenas ao servidor do Museu do Índio.												
Atividade 2.8 - Conceber site para disponibilização dos acervos e documentação												

Atividade	08		09			10				11		
-----------	----	--	----	--	--	----	--	--	--	----	--	--

Trimestre	1º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º
-----------	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Resultado 3 – Línguas e culturas indígenas documentadas, abrangendo um conjunto de cerca de 20 ameaçadas.												
Atividade 3.1 - Estabelecer cronologia dos processos de documentação e selecionar línguas prioritárias												
Atividade 3.2 - Obter autorizações das comunidades indígenas selecionadas												
Atividade 3.3 – Desenvolver estudos bibliográficos e perfil sócio lingüístico sobre as comunidades indígenas selecionadas												
Atividade 3.4 – Realizar gravações e coletar dados lexicais em pesquisas de campo												
Atividade 3.5 – Realizar levantamento sócio-lingüístico das comunidades indígenas												
Atividade 3.6 – Analisar e processar dados lexicais e materiais coletados												
Atividade 3.7 - Realizar a transcrição (ortográfica ou fonológica) de gravações com referência temporal												
Atividade 3.8 - Realizar a tradução das transcrições para o português												
Atividade 3.9 - Realizar anotação detalhada (fonética, fonológica, morfológica, sintática)												
Atividade 3.10 – Organizar e incorporar dados primários e secundários e metadados no acervo digital do Museu do Índio												
Atividade 3.11 - Compilar um léxico básico												
Atividade 3.12 - Realizar anotação básica das sessões contendo os eventos de fala												
Atividade 3.13 – Elaborar descrição gramatical												
Atividade 3.14 – Retornar os materiais coletados para as comunidades indígenas												
Atividade 3.15 – Finalizar o corpus digital												
Atividade 3.16 – Produzir materiais de divulgação e para uso por parte da comunidade												
Atividade 3.17 – Determinar, em conjunto com as comunidades envolvidas, os direitos de acesso												

Matriz Lógica por objetivos imediatos

Objetivo	Resultados	Indicador Realização	Meios Verificação
1 - Ampliar a capacidade da comunidade de pesquisadores não indígenas e indígenas para a documentação de línguas e culturas indígenas	1. Pesquisadores não-indígenas e indígenas treinados e familiarizados com as metas, os métodos e a tecnologia de documentação lingüística e de processamento de acervos documentais	Pesquisadores indígenas e não-indígenas treinados (20)	Relatório de oficinas de treinamento
	2. Acervos documentais relevantes para a documentação de línguas e culturas indígenas tratados e disponibilizados	Documentação de acervos (até 15)	Relatório do total de acervos trabalhados
	3. Línguas e culturas indígenas documentadas	Documentação de línguas indígenas (até 20)	Relatório do total línguas documentadas

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONSULTOR POR PRODUTO (TR-01)

DESCRIÇÃO DO PRODUTO:

Consultor para Gestão Científica de Documentação Linguística

ENQUADRAMENTO NO PROJETO:

Resultado 1

Atividades: 1.1 - 1.2 - 1.3 - 1.4

Resultado 2

Atividade: 2.5

Resultado 3

Atividades: 3.10 - 3.16

ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS PELO CONTRATADO:

- Elaborar modelos e instrumentos de pesquisa e de documentação lingüística
- Organizar curso de documentação lingüística e oficinas de treinamentos dos usos dos programas de análise lingüística (ELAN, TOOLBOX E TRANSCRIBER)
- Subsidiar a preparação do servidor para incorporação dos acervos já existentes – conceber e organizar uma estrutura padrão.
- Receber, organizar, tratar, avaliar e incorporar ao servidor do Museu do Índio os resultados dos subprojetos
- Elaborar textos e materiais para divulgação no site do DOCLIN

PRODUTOS, SUBPRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS:

- Elaboração de ficha para cadastramento de acervos; questionário para diagnóstico sócio-lingüístico; questionário para coleta em campo de dados de línguas indígenas; manual para coleta de dados em campo; formulário para descrição de projeto; ficha de metadados; apostilas para o treinamento em técnicas de documentação lingüística; questionário para avaliação dos cursos de documentação e oficinas de treinamento; roteiro para relatórios dos subprojetos
- Curso de documentação lingüística (ementa, metodologia, programação, conteúdos, docentes, participantes)
- Oficinas de treinamento para o uso dos programas de documentação lingüística (ementas dos módulos, tópicos, grupos de trabalho, docentes, participantes)
- Organização da estrutura padrão do servidor para incorporação de acervos (diagrama da estrutura)
- Incorporação ao servidor de acervos existentes e dos dados dos subprojetos (lista com detalhamento do conteúdo de cada acervo);
- Elaboração de textos e materiais incluídos no site do Projeto DOCLIN

REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO DO CONTRATADO:(*)

Formação Acadêmica: Doutorado em Lingüística (obtido nos últimos 10 anos)

Experiência profissional anterior: Trabalho de campo em projeto de pesquisa lingüística sobre línguas indígenas; experiência de mais de 3 anos em documentação lingüística; domínio dos softwares para documentação lingüística (ELAN, Transcriber, Toolbox, Econv, Lamus, Lexus, ProLex); experiência em treinamento em documentação lingüística para indígenas e não-indígenas; experiência em elaboração e aplicação de diagnósticos sócio-lingüísticos de línguas indígenas.

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO:

Por produto

PERÍODO MÁXIMO PARA A ENTREGA DO PRODUTO: até 09 meses (divididos em 3 etapas de até 3 meses cada)
VALOR TOTAL DO PRODUTO: R\$ 55.800,00.

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONSULTOR POR PRODUTO (TR-02)

DESCRIÇÃO DO PRODUTO:
Gestão Científica de Tratamento Documental

ENQUADRAMENTO NO PROJETO:
Resultado: 1
Atividades: 1.3 – 1.4
Resultado: 2.1
Atividade: 2.2

ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS PELO CONTRATADO:

- Organizar treinamento nas metodologias e técnicas de tratamento e sistematização de acervos etnográficos, textuais e audiovisuais
- Desenvolver modelos de instrumentos a serem adotados no registro das informações documentais e no cadastramento de acervos recebidos
- Avaliar o processamento técnico dos acervos documentais quanto à sua catalogação
- Consolidar a documentação relativa a cada acervo para devolução às comunidades indígenas

PRODUTOS, SUBPRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS:

- Relatório técnico, contendo avaliação (qualitativa e quantitativa) das atividades desenvolvidas:
- Oficinas de treinamento nas metodologias e técnicas de tratamento e sistematização de acervos etnográficos e audiovisuais
- Elaboração de modelos de instrumentos a serem adotados no registro das informações documentais e no cadastramento de acervos recebidos
- Diagnóstico dos acervos catalogados
- Dossiê relativo a cada acervo encaminhado às comunidades indígenas

REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO DO CONTRATADO:(*)
Formação Acadêmica: História, Arquivologia, Ciências Sociais e Humanas
Experiência profissional anterior: em documentação textual e etnográfica, com no mínimo 15 anos de experiência

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO:
Por produto

PERÍODO MÁXIMO PARA A ENTREGA DO PRODUTO: 09 meses (divididos em 3 etapas de até 3 meses cada)
VALOR TOTAL DO PRODUTO: R\$52.440,00.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONSULTOR POR PRODUTO (TR-03)

DESCRIÇÃO DO PRODUTO:
Consultor para Gestão Técnica

ENQUADRAMENTO NO PROJETO:

Resultado 1:
Atividades 1.1 - 1.2 - 1.3
Resultado 2:
Atividades 2.4 - 2.5 - 2.6
Resultado 3
Atividades 3.10 - 3.16

ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS PELO CONTRATADO:

- Adequar os softwares LAT fornecidos pelo Instituto Max Plank para viabilizar a infra-estrutura tecnológica para armazenamento dos dados
- Orientar a manutenção e atualização a estrutura dos acervos lingüísticos nos programas de gerenciamento de dados
- Garantir a observância das normas de acesso e restrição aos dados armazenados

PRODUTOS, SUBPRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS:

- Implantação da estrutura padrão definida para armazenar os acervos nos servidores
- Relatório técnico de avaliação das atividades de manutenção e atualização dos dados primários e secundários digitalizados e editados com metadados
- Aplicação das normas que regulam o acesso e/ou restrição aos dados multimídia associados à anotação

REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO DO CONTRATADO:(*)

Formação Acadêmica: Mestrado em Ciência da Computação ou área afim.
Experiência profissional anterior: capacitação para administração de corpora de documentação lingüística; domínio de sistema operacional LINUX; domínio da tecnologia LAT (Tecnologia de Anotação Lingüística).

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO:

Por produto

PERÍODO MÁXIMO PARA A ENTREGA DO PRODUTO: 09 meses (divididos em 3 etapas de até 3 meses cada)
VALOR TOTAL DO PRODUTO: R\$ 52.440,00

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONSULTOR POR PRODUTO (TR-04)

DESCRIÇÃO DO PRODUTO:
Consultor especialista em tratamento documental

ENQUADRAMENTO NO PROJETO:
Resultado: 1
Atividades: 1.3 – 1.4
Resultado: 2.1
Atividade: 2.2 – 2.3 - 2.4 – 2.5 – 2.7

ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS PELO CONTRATADO:

- Proceder ao tratamento técnico dos acervos documentais, sua reprodução e incorporação nas bases de dados
- Preparar a documentação relativa a cada acervo trabalhado para devolução às comunidades indígenas

PRODUTOS, SUBPRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS:

- Relatório técnico, contendo avaliação (qualitativa e quantitativa) das atividades desenvolvidas
- Tratamento técnico dos acervos documentais
- Organização de dossiê relativo a cada acervo para envio às comunidades indígenas

REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO DO CONTRATADO:(*)
Formação Acadêmica: Arquivista, Historiador, Museólogo, Cientista Social
Experiência profissional anterior: em tratamento técnico, registro e reprodução de acervos

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO:
Por produto

PERÍODO MÁXIMO PARA A ENTREGA DO PRODUTO: 09 meses (divididos em 3 etapas de até 3 meses cada)
VALOR TOTAL DO PRODUTO: R\$ 35.400,00

TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONSULTOR POR PRODUTO (TR-05)

DESCRIÇÃO DO PRODUTO:

Pesquisadores não-indígenas para documentação linguística

ENQUADRAMENTO NO PROJETO:

Resultado 2

Atividades 2.6 – 2.7

Resultado 3

Atividades 3.3 – 3.4 – 3.5 – 3.6 – 3.7

ATIVIDADES A SEREM DESEMPENHADAS PELO CONTRATADO:

Levantamento da bibliografia e materiais existentes em acervos públicos e privados sobre a(s) língua(s) e a(s) comunidade(s) indígena(s) em que se encontram falantes

Pesquisa de campo, abrangendo definição e organização do trabalho e organização de oficina de capacitação de membros da comunidade participantes da equipe do Projeto

Levantamento sócio-linguístico

Elicitação, gravação e digitação de lista de dados lexicais, em Excell ou Toolbox

Gravações áudio-vídeo, de diferentes gêneros de fala (narrativas, descrições/explicações, discurso cerimonial, cantos, etc.), digitalizadas, organizadas em sessões rotuladas e acompanhadas de seus respectivos metadados

PRODUTOS, SUBPRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS:

Relatório da documentação levantada sobre as línguas e as comunidades indígenas

Relatório da oficina de capacitação de membros da comunidade que participam da equipe de pesquisa com registro em vídeo ou fotográfico.

Diagnóstico sócio-linguístico

Lista de dados lexicais, estruturados em campos semânticos, elicitados, gravados e digitados (transcrição e tradução)

Processamento das gravação áudio-vídeo, de diferentes gêneros de fala (narrativas, descrições/explicações, discurso cerimonial, cantos, etc.), devidamente rotuladas, digitalizadas, organizadas em sessões rotuladas e acompanhadas de seus respectivos metadados;

REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO DO CONTRATADO:(*)

Formação Acadêmica: Pós-graduação em Linguística (em andamento ou concluída, Mestrado ou Doutorado) com projeto sobre língua indígena.

Experiência profissional anterior: Pesquisa de gabinete e/ou de campo com línguas indígenas.

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO:

Por produto

PERÍODO MÁXIMO PARA A ENTREGA DO PRODUTO: 09 meses (divididos em 3 etapas de até 3 meses cada)

VALOR TOTAL DO PRODUTO: R\$ 20.100,00